



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**CONFERÊNCIA MILITAR NO ÂMBITO DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE
LÍNGUA PORTUGUESA: DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

PALÁCIO DE SÃO BENTO - 22 FEVEREIRO 2017

As Forças Armadas são a instituição em que os portugueses mais confiam.

Isto não é assim em todos os países e não acontece por acaso.

As Forças Armadas estão na origem do processo de democratização portuguesa iniciado a 25 de abril de 1974.

As Forças Armadas souberam adaptar-se com recato e profissionalismo ao novo Portugal democrático, europeu e cosmopolita.

Souberam adaptar-se como poucos corpos do Estado aos desafios do redimensionamento e da consolidação orçamental sem com isso perderem em dedicação e brio.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Precisamos porventura de promover mais uma cultura de defesa nacional. Sem o Serviço Militar Obrigatório, os portugueses precisam de encontrar formas de conhecerem melhor o trabalho e as missões das suas Forças Armadas. Ainda assim, vão acompanhando esse trabalho pela proximidade territorial das unidades e dos dispositivos militares.

Sabem bem o papel relevante que as Forças Armadas têm no auxílio à proteção civil e às populações quando acontecem incêndios e catástrofes naturais.

Estive na Madeira há pouco tempo e pude testemunhar a gratidão dos madeirenses em relação à presença e à solidariedade das Forças Armadas Portuguesas.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional define muito bem as missões prioritárias das nossas Forças Armadas.

À cabeça, sempre, a defesa do território.

As outras missões de interesse público que já referi, é claro.

Mas no mundo globalizado em que vivemos a natureza dos riscos é global e não conhece fronteiras.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Nesse sentido a segurança nacional defende-se com o contributo e a cooperação entre o setor da defesa e o setor da segurança.

Os objetivos da segurança nacional jogam-se cada vez mais na participação em missões militares das organizações internacionais a que estamos vinculados.

A NATO, a União Europeia e a ONU são prioridades identificadas pelo Conceito Estratégico, às quais se juntam naturalmente a CPLP como espaço de afirmação cultural, económica e política do mundo de língua portuguesa.

A CPLP, ao fim de 20 anos, tem de assumir uma nova ambição e a cooperação na segurança e defesa é um bom ponto de partida para percebermos melhor os valores e os interesses que nos unem.

Podemos pensar que a participação portuguesa nessas missões militares internacionais é secundária.

Quando se pensa em cortes orçamentais, já sabemos que para a opinião pública a Defesa vem logo à cabeça.

Nada mais ilusório.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

A participação nessas missões faz de Portugal um produtor de segurança internacional e é um instrumento decisivo de afirmação externa dos nossos interesses nacionais.

Muita da margem de manobra que temos na União Europeia deve-se a essa participação ativa.

A eleição de António Guterres para o cargo de Secretário Geral da ONU deve-se à excelência deste grande português, mas deve-se muito à ação da nossa diplomacia e das nossas Forças Armadas.

Nas prioridades da nossa ação externa em matéria de Defesa Nacional devem continuar a estar as missões de cooperação técnico-militar.

Elas têm sido uma dimensão muito relevante no aprofundamento da ligação entre os países da CPLP.

A cooperação a este nível permite uma troca de conhecimentos e experiências muito relevante da qual todos tiramos partido.

Há cada vez mais formandos de Países da CPLP nos estabelecimentos de ensino militar e cada vez mais missões das nossas Forças Armadas lá fora, em especial no espaço da CPLP.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Ajudamos assim a robustecer as Forças Armadas e as instituições de segurança dos Países amigos e com isso valorizamos as nossas próprias Forças Armadas.

A importância da cooperação técnico-militar vai muito para lá das missões técnicas, na medida em que funciona mesmo como prolongamento da nossa presença, da nossa política externa e dos nossos interesses junto desses países com que cooperamos.

É o próprio conceito de economia de defesa que se pode desenvolver e ganhar dimensão, em especial no espaço da lusofonia.

Temos agora o projeto do KC390 e os investimentos da Embraer aí estão para o provar.

Termino saudando as nossas Forças Armadas e saudando a Comissão Parlamentar de Defesa Nacional por esta excelente iniciativa.

Temos hoje aqui connosco deputados especializados, o atual e antigos Diretores Gerais de Política de Defesa Nacional, um administrador da Embraer.

Há aqui nesta sala muita experiência e muito conhecimento para partilhar.

Sabemos que é sempre mais popular debater a espuma dos dias e as polémicas de cada momento.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

Por isso mesmo, devemos olhar mais para aquilo que é estratégico e que perdura além das conjunturas políticas.

As prioridades da Defesa Nacional não geram polémica mas nem por isso são menos relevantes.

Muito pelo contrário.

O nosso dever enquanto parlamentares e responsáveis políticos é valorizar estas questões estratégicas e contribuir para consciencializar os portugueses para a relevância destas matérias.

Porque um país com uma cidadania ativa, com uma cultura de segurança e defesa democrática e moderna, é um País mais bem preparado para enfrentar os poderosos desafios estratégicos que se colocam.

Muito obrigado.

Eduardo Ferro Rodrigues